



II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizadora: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)
Nome da autoridade competente: LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Número do CPF: ***.413.698-**
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Executiva – SE

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 490002 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração MDA
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 490002 – Secretaria-Executiva MDA

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade de Brasília - UnB
Nome da autoridade competente: Rozana Reigota Naves
Número do CPF: ***614.311-**
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Departamento de Geografia / Instituto de Ciências Humanas

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154040/15257 - Universidade de Brasília - UnB
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 154040/15257- Universidade de Brasília - UnB

3. OBJETO:

Elaboração do III Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com pesquisa sobre a atualidade da reforma agrária.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

A compreensão da questão agrária e a elaboração de propostas de políticas públicas em escala nacional são desafios complexos em virtude de seu envolvimento direto com o ordenamento e planejamento do território, planejamento regional e regionalizações, desenvolvimento e integração regional, desenvolvimento territorial, bem como das unidades produtivas familiares em si que vivem realidades edafoclimáticas e territoriais únicas e tencionadas em razão da conflitualidade estabelecida no campo brasileiro. Essa disputa testemunha tanto uma questão agrária caracterizada pela forte demanda de atuação do Estado no sentido de propor soluções efetivas com a finalidade de mitigar os graves problemas e distorções socioterritoriais produzidos em razão da concentração de terra e outras formas de riqueza, quanto a imprescindibilidade de uma abordagem territorial a ser elaborada e trabalhada pela geografia brasileira.

A elaboração deste projeto de análises socioterritoriais, econômicas e ambientais é essencial para formular políticas públicas eficazes de desenvolvimento rural sustentável e de Reforma Agrária Popular. O cenário rural atual exige uma investigação aprofundada da concentração fundiária e suas novas facetas — impulsionadas pelo agronegócio, monocultivos, mineração e projetos de energias eólica/solar, com forte estrangeirização e financeirização —, que pressionam e ameaçam os territórios. Concomitantemente, é crucial mapear e atender a demanda socioterritorial por acesso à terra de assentados, acampamentos e povos/comunidades tradicionais (quilombolas). O projeto também deve avaliar a qualidade da infraestrutura e das ruralidades (moradia, saúde, educação, mercados) para garantir a fixação da população, ao mesmo tempo em que endereça os desafios climáticos e ambientais com foco em mitigação e reflorestamento. A análise crítica das políticas públicas é fundamental para reorientar o fomento à produção agroecológica e a construção de sistemas alimentares da reforma agrária que promovam alimentos saudáveis. Por fim, o projeto inclui de forma transversal o olhar para gênero e juventude, visando a equidade e a sucessão no campo. Em síntese, este trabalho fornecerá dados estratégicos e técnicos para consolidar a Reforma Agrária como um pilar central para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado do país.

Visando potencializar e instrumentalizar as ações estatais de interesse popular, este projeto estrutura-se em forma de duas frentes de trabalho com características complementares e acompanhada pela coordenação. A primeira, intitulada frente metodológica, é destinada a lidar com os desafios acerca da produção, mineração, sistematização, monitoramento e organização de dados qualitativos e quantitativos. Esta preocupação sobre o tratamento, representação e divulgação de dados, desde a perspectiva quantitativa, tornará os dados da reforma agrária brasileira concentrados e sistematizados pelo INCRA objeto de análise, revisão, confrontação, tratamento e representação com a finalidade de confeccionar produtos, sendo o principal deles a base de dados para a elaboração do III PNRA. Ela será uma etapa absolutamente importante para oportunizar uma melhor e mais eficiente tradução da nova concepção de reforma agrária desde as políticas agrárias atualmente implementadas pelo INCRA. Seu principal produto será o tratamento e curadoria dos dados e das metodologias que os envolvem, oportunizando matéria prima qualificada que poderá ser divulgada futuramente em forma de uma plataforma interativa de divulgação de dados em modelo Power BI.

Por outro lado, sua responsabilidade envolve diretamente a implementação de procedimentos e técnicas de pesquisa que fundamentarão debates com a comunidade, a elaboração de produtos etc. O acesso à memória e troca de saberes com servidores será guiado por metodologias que podem combinar aspectos de grupos focais e, em momentos específicos, história oral. A compreensão e análise deste material oportunizará rica análise comprometida com o aprimoramento dos processos metodológicos que estruturam os bancos de dados e as interpretações dos dados de reforma agrária. A escolha dessas metodologias se justifica em virtude de suas respectivas capacidades de obtenção de informações e por possibilitarem compreender melhor as razões e significados que envolvem as escolhas e construções procedimentais. Reflexões importantes e comprometidas com a amplificação das capacidades comunicativas do INCRA serão convertidos em produtos a serem difundidos (III PNRA, artigos, capítulos de livro etc.).

A frente analítica se destinará à realização de interpretações e análises visando compreender não apenas os nexos causais, mas especialmente as possíveis correlações e proposições teórico-conceituais mais apropriadas à apreensão dos fenômenos e entendimento dos processos. Ambas as frentes, guardadas as suas especificidades e naturezas finalísticas, destinam-se a promover o seu trabalho em profundo diálogo com servidores e membros de organizações coletivas (movimentos socioterritoriais, sindicatos, associações etc.). As reflexões obtidas por meio destas análises comporão artigos e capítulos de livro previstos com a finalidade de estruturar e evidenciar a diversidade acerca da reforma agrária para a elaboração e divulgação do III PNRA, desde a concepção de diferentes sujeitos e interpretações.

A equipe de trabalho proposta favorece à pesquisa popular engajada com a base e o movimento de comunicação imprescindível à formulação de políticas públicas populares como o III Plano Nacional de Reforma Agrária. Sua razão está estruturada na necessidade de atender ao público e gerar uma ampla e diversa massa de contemplados pelos resultados produzidos. A coordenação será encarregada pelos direcionamentos necessários à proposição, elaboração e difusão dos produtos gerados, bem como pela promoção dos espaços de formação e troca de saberes. Esta equipe será responsável por dialogar tanto com o poder público (Executivo, legislativo e judiciário) quanto com as organizações da sociedade civil no sentido de oportunizar o amplo debate com a sociedade.

A segunda e mais importante frente de trabalho será a elaboração colaborativa e a divulgação do III Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que se estrutura da mesma maneira, mas orientado ao processo de consulta popular permanente envolvendo reuniões e audiências públicas com diferentes instituições, movimentos socioterritoriais e entidades. Estima-se, ao longo da proposta, realizar esse ciclo baseado na inserção e promoção de ações em diferentes regiões e na modalidade virtual e/ou híbrida, bem como consultar organizações e valorizar saberes, dados e conhecimentos sistematizados em diferentes fontes. Visando qualificar os debates, obter informações sistematizadas e comparar experiências globais, propomos estreitar os laços e potencializar o debate entre servidores, pesquisadores e membros da sociedade civil organizada por meio da realização de um encontro internacional e de lançamento do III PNRA em Brasília.

Por fim, o projeto será conduzido por meio de reuniões mensais com a discussão e levantamento bibliográfico permanente sobre o tema. Essas reuniões serão orientadas ao tratamento qualitativo teórico, analítico e metodológico, podendo contar com sujeitos oriundos da academia e da comunidade.

Essa proposta está articulada em três metas distintas e complementares que visam contemplar desde a realização da pesquisa até o momento da divulgação dos resultados, sendo elas:

Meta 1 – Elaboração do III Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA);

Meta 2 – Mineração e sistematização de dados, para diagnóstico e monitoramento da Reforma Agrária;

Meta 3 – Produzir livro sobre a história e atualidade da reforma agrária e dos Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) no território brasileiro.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Observação: Preenchimento da justificativa e motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade.

Para minimizar a questão agrária, marcada pela intensa concentração fundiária, produtora de desigualdades e conflitos, o Governo Federal vem anunciando políticas de Reforma Agrária na perspectiva do desenvolvimento sustentável para a produção de alimentos saudáveis, redução das desigualdades e a mitigação das mudanças climáticas. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) marcou não apenas a retomada e o reconhecimento da relevância dos sujeitos do campo oriundos de territórios da reforma agrária brasileira perante o cenário político nacional, mas especialmente o caráter estrutural do problema agrário e seu significado para o desenvolvimento territorial brasileiro. Isso decorre em razão do Brasil deter ao mesmo tempo expressivo número de assentamento e milhões de pessoas beneficiadas por políticas de reforma agrária em contraste com a existência de longa permanência de acampamentos de sem-terras, eventos de violência e a realização de milhares de ações coletivas que reforçam a imprescindibilidade das políticas de reforma agrária para o território brasileiro.

A Reforma Agrária é um problema estrutural do território brasileiro que não foi superado por nenhum governo da história e, por isso, ainda ocupa papel de destaque nas preocupações e princípios finalísticos tanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) quanto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, trata-se de um dos temas mais complexos do território brasileiro em virtude de ser atravessado por diferentes vieses e ações que testemunham não apenas a diversidade de sujeitos que povoam as políticas de reforma agrária, mas também as múltiplas concepções de reforma agrária que não se explicam apenas pelas formas de obtenção desapropriatórias de alguns dos modelos de reforma agrária. O desafio em se atualizar a diversidade das concepções sobre reforma agrária e ampliar as capacidades produtivas está objetivamente vinculado uma ampla agenda política que vem retomando centralidade diante das pautas prioritárias nacionais.

No ano de 2024, foi realizado pela Diretoria de Gestão Estratégica (DE) do INCRA um planejamento participativo, monitoramento e escuta ativa nos estados. O relatório das oficinas desse planejamento apontou 5.856 demandas de 517 entidades que participaram desse processo. Quase metade dessas demandas são de seleção para assentamento de famílias ou regularização. As outras demandas giram em torno de infraestrutura; inclusão produtiva; apoio técnico; reconhecimento, demarcação e titulação de territórios quilombolas; melhorias na gestão de dados e cadastros; regularização de áreas públicas; ordenamento territorial; educação do campo; saúde; segurança alimentar e apoio a jovens e mulheres rurais.

Além disso, o anexo III do Plano Plurianual vigente (PPA 2024-2027), prevê no Programa 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais o seguinte: "Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações." Nesse sentido, o MDA incluiu em suas Medidas Institucionais ou Normativas "Construção da terceira edição do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, orientando as estratégias e as metas para implementação da Reforma Agrária no período de 2023 a 2026".

Esse conjunto de demandas somado ao compromisso previsto no PPA 2024-2027 apontam a urgência da elaboração de um III Plano Nacional de Reforma Agrária robusto, com questões atualizadas da diversidade que permeia o desenvolvimento rural sustentável.

O MDA foi recriado através do decreto Nº 11.396, de janeiro de 2023 e teve um período de reconstrução e retomada de políticas públicas que haviam sido desarticuladas ou extintas. Nos dois anos de existência desse ministério foram observados muitos avanços e resultados, mas ainda não havia sido iniciado o processo de elaboração do III PNRA. Urge realizar esse processo para entregar à sociedade uma resposta às suas demandas. Por isso, essa parceria via TED propõe contribuir nessa agenda, somando esforços com o MDA e o INCRA para dar conta, inclusive, de compromisso firmado no PPA 2024-2027, que está em sua metade de execução.

O decreto de criação do MDA prevê, por exemplo, em detalhes, não apenas a estrutura organizacional e o quadro demonstrativo dos cargos do MDA em seu recente processo de recriação, mas especialmente suas preocupações, finalidade e responsabilidades que atribuem sentido e significado à sua natureza.

Este engajamento com a ampla diversidade de pautas e fenômenos é detalhado em seu anexo primeiro, especialmente previsto Art. 1º. Neste, se reconhece como competência pontos estruturais que atravessam todo o interesse no que se refere ao tratamento, sistematização e monitoramento da reforma agrária brasileira, bem como áreas prioritárias para a implementação de políticas públicas, tais como: reforma agrária, regularização fundiária; acesso à terra e ao território; comunidades tradicionais; cadastros de imóveis rurais e governança fundiária; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas; desenvolvimento rural sustentável; política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar; sistemas agroalimentares urbanos; cadastro nacional da agricultura familiar; cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais; energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários; conservação e manejo dos recursos naturais; pesquisa e inovação; cooperativismo e associativismo; biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético; educação do campo; fomento e etnodesenvolvimento; sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar; comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluindo produtos da sociobiodiversidade.

A Universidade de Brasília, por sua vez, comunga de princípios similares e complexos, bem como de objetivos que primam pelo estabelecimento de acordos e projetos em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Sua missão está voltada a "ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãs e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência". Além disso, ainda anuncia quanto visão de futuro "ser referência nacional em ensino, pesquisa e extensão, com inserção local, regional e internacional, inovadora, inclusiva, transparente e democrática, com gestão eficaz e qualidade de vida". Não obstante, constitui-se como referência na formulação e desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão destinados a subsidiar, analisar e elaborar políticas públicas, bem como detém peculiar histórico e engajamento, por excelência, com as propostas de redemocratização de instituições e do Estado brasileiro.

A reforma agrária é pauta imprescindível a todas as instituições que se destinam e se propõe à grandeza de atender ao Brasil. A Universidade de Brasília (UnB) faz muito mais do que compartilhar essa preocupação, busca oferecer suas capacidades e atributos com o fito de elaborar projeto de pesquisa com a finalidade de propor e implementar políticas públicas. Os profundos laços de pesquisa entre a UnB e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) estão materializados em quase uma década de comando compartilhado de uma das maiores redes de pesquisa e trabalho sobre questão agrária e reforma agrária no mundo. A Rede DATALUTA, a qual conta com uma relevante base sediada na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e outra na Universidade de Brasília (UnB), estrutura-se em torno do DATALUTA – Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios – que é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Presidente Prudente. A criação desse Banco de Dados nacional teve dois objetivos principais: 1) organizar e divulgar dados de ocupações de terra e assentamentos de reforma agrária; 2) contribuir com a construção teórica e metodológica da questão agrária no acompanhamento e na compreensão de duas categorias essenciais de pesquisa: a luta pela terra e a luta pela reforma agrária no Brasil.

Atualmente, 20 anos depois, a REDE DATALUTA se especializou e, em 2025, tem sido composta por 24 grupos de pesquisas de todas as regiões do Brasil, fortalecendo a pesquisa sobre a questão agrária com a publicação do Relatório DATALUTA. Sua ampliação e complexificação das categorias de pesquisa passaram a incluir dados e debates sobre estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais (campo, cidade, água e floresta), estrangeirização da terra e Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA). Também se especializou para outros países da América Latina e Caribe, com a criação do Grupo de Trabalho Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Crítica Comparada (Conselho Latino-americano de Ciência Sociais – CLACSO) nos estudos sobre as questões agrárias e urbanas. Igualmente, coopera com a pesquisa sobre esses temas nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Espanha. Hoje, há mais de 150 pessoas trabalhando em equipes de pesquisa dos temas da REDE DATALUTA em 41 universidades de 16 países. Formamos um robusto grupo de trabalho na Rede DATALUTA denominado Questão Agrária para elaboração deste projeto/plano de trabalho, formado por professores e estudantes de pós-graduação no Brasil e Argentina, que irão trabalhar nesse projeto de forma voluntária. Essa equipe já é remunerada através do serviço público, no caso dos professores, e os estudantes são bolsistas em seus grupos de pesquisa que estão ligados à Rede DATALUTA.

Muito além da tradição e de seu engajamento em diferentes estados e regiões do Brasil e do mundo, a Rede DATALUTA detém experiência e protagonizou criando e propondo metodologias de pesquisa implementadas em diferentes universidades do Brasil e do Mundo para se compreender a questão agrária e as políticas de Reforma Agrária. Em virtude de sua relevância, este projeto de pesquisa - em rede - propomos acessar, sistematizar, monitorar, organizar e analisar dados, metodologias e teorias sobre a reforma agrária com o objetivo de qualificar o debate e, especialmente, criar canais e aprimorar a comunicação com a sociedade por meio de uma parceria com o INCRA/MDA. Esse objetivo visava utilizar a experiência da Rede DATALUTA em diálogo com o MDA e o INCRA no sentido de resolver os problemas, dificuldades e compreender as diferenças visando aprimorar o processo de divulgação dos dados e ações de Reforma Agrária. A elaboração de propostas comunicativas e interativas visa qualificar a compreensão da sociedade e democratizar o acesso aos dados da Reforma Agrária brasileira. Além disso, a elaboração e proposição do III Plano Nacional de Reforma Agrária (III PNRA) ocupa posição central em razão da concentração de terras e falta de acesso à terra para milhares de camponeses e camponesas.

Compreendendo a reforma agrária em sua diversidade, a concentração de terras como um desafio e o reconhecimento de populações como uma agenda necessária, busca-se, por meio deste projeto, traduzir a amplitude das ações em relações às outras concepções possíveis. O diálogo com organizações da sociedade civil, especialmente os movimentos socioterritoriais camponeses e de povos e comunidades tradicionais, buscará traduzir a reforma agrária em sua concepção atual e evidenciar a existência de ações que transcendem as políticas de assentamento por meio da desapropriação, reconhecimento, regularização etc., bem como envolve diversidade de sujeitos, gêneros e, dentre outros, grupos étnico-raciais nas análises e representações. Ademais, sua relevância também se confirma em sua complexa relação com dezenas das 169 metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial no que toca aos objetivos da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. A proposta envolve diretamente: o ODS 1 – Erradicação

da Pobreza, o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, o ODS 3 -Saúde e Bem Estar, o ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 5 – Igualdade de Gênero, o ODS 6 -Água Potável e Saneamento, o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível, o ODS 8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o ODS9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, o ODS 10 – Redução das Desigualdades, o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, o ODS 12 – Consumo e Produção responsáveis, o ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima, o ODS 14 – Vida na Água, o ODS 15 – Vida Terrestre, o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação ONU (e das 10 metas do ODS 18 – Igualdade Étnica-Racial). Mais do que isso, a Reforma Agrária em sua concepção mais atual compreende profundas relações orientadas à agroecologia, à soberania e segurança alimentar e às diferentes formas de obtenção e acesso à terra.

Por fim, objetiva-se acessar, sistematizar, monitorar e analisar os dados da Reforma Agrária com a finalidade de compreender e divulgar a sua atualidade, propor debates teórico-metodológicos-conceituais e elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária.

Este projeto estabelece três objetivos (e metas) principais. O primeiro deles é a própria Elaboração e Consolidação do III Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que se constitui como o marco diretor para a nova etapa da política fundiária brasileira, abrangendo as dimensões ambientais, sociais e produtivas. Em seguida, busca-se elaborar um Diagnóstico da Reforma Agrária, através da mineração e sistematização de dados. Este esforço é fundamental para gerar um diagnóstico preciso da Reforma Agrária que futuramente contribua no desenvolvimento de sistema de monitoramento eficaz da implementação e dos resultados do III PNRA, garantindo a capacidade de gestão e ajuste. Finalmente, o projeto busca Documentar e Difundir a História e a Atualidade da Reforma Agrária e de seus Planos Nacionais, através da produção de um livro.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- Sim
 Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
 Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
 Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- Sim
 Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1 - 1. Taxa de administração do recurso - até 20%

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRÍÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Ínicio	Fim
META 1	Elaboração do III Plano Nacional de Reforma Agrária	Unidade	1	R\$ 183.780,00	R\$ 183.780,00	Mês 1	Mês 6
META 2	Mineração e sistematização de dados, diagnóstico e monitoramento da questão agrária e da Reforma Agrária	Unidade	1	R\$ 86.000,01	R\$ 86.000,01	Mês 1	Mês 9
META 3	Producir livro sobre a história e atualidade da reforma agrária no território brasileiro	Unidade	1	R\$ 30.219,99	R\$ 30.219,00	Mês 6	Mês 9

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
MÊS 1	R\$ 300.000,0

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39 - Outros Serviços de terceiros Pessoa jurídica	Não	R\$ 250.000,0
33.90.39 - Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica (despesas operacionais e administrativas da fundação de apoio)	Sim	R\$ 20.000,00
33.90.39 - Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica (custos indiretos da UnB)	Sim	R\$ 30.000,00

Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.

12. PROPOSIÇÃO

Brasília, data de acordo com a assinatura eletrônica.

ROZANA REIGOTA NAVES

Reitora da Universidade de Brasília

13. APROVAÇÃO

Brasília, data de acordo com a assinatura eletrônica.

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves, Usuário Externo**, em 29/12/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, em 29/12/2025, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49380839** e o código CRC **8257D414**.

